



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

- Desembargador Eleitoral Raimundo Nonato Silva Santos - Presidente
- Desembargador Eleitoral Francisco Gladyson Pontes - Vice-Presidente
- Desembargador Eleitoral Glêdison Marques Fernandes
- Desembargador Eleitoral Francisco Érico Carvalho Silveira
- Desembargador Eleitoral Daniel Carvalho Carneiro
- Desembargador Eleitoral Luciano Nunes Maia Freire
- Desembargador Eleitoral Wilker Macêdo Lima - Substituto
- Procurador Samuel Miranda Arruda - Procurador Regional Eleitoral
- Diretor-Geral Pedro Bruno Trigueiro – Secretário

**PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe**

**PAUTA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA – HÍBRIDA – DIA 16/12/2024 – 9 h**

**PAUTA RELACIONADA**

**RECURSOS EM REGISTRO DE CANDIDATURA – ELEIÇÕES 2024**

**RESOLUÇÃO TSE N.º 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Alterada pelas Resoluções n.º 23.675, de 16 de dezembro de 2021, n.º 23.684, de 24 de fevereiro de 2022, e n.º 23.729, de 27 de fevereiro de 2024) – Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições

**1. Processos para Julgamento (Ordem definida no Art. 64 do RITRE/CE)**

**1. RECURSO ELEITORAL N. 0600493-93.2024.6.06.0006 – QUÓRUM COMPLETO  
(ART. 28, § 4º, DO CÓDIGO ELEITORAL, E ART. 60, § 2º, DO RITRE-CE – PEDIDO DE  
VISTA FEITO PELO DESEMBARGADOR FRANCISCO ÉRICO CARVALHO SILVEIRA  
EM SESSÃO DE 10.12.2024)**

ORIGEM: IBARETAMA/CE

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL DANIEL CARVALHO CARNEIRO

RECORRENTE: COLIGAÇÃO A UNIÃO CRESCE COM O POVO [UNIÃO/PODE] -  
IBARETAMA - CE

ADVOGADOS: JOSE BONFIM DE ALMEIDA JUNIOR - OAB CE15545-A, LEONARDO WANDEMBERG LIMA BATISTA - OAB CE20623-A, JOSE ALBERTO DA SILVA - OAB CE38099-A, LAURO RODRIGUES BONFIM - OAB CE50142, TIAGO FRAGOSO VIEIRA - OAB CE15111

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECORRIDA: ELIRIA MARIA FREITAS DE QUEIROZ

ADVOGADOS: CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO - OAB CE17410-A, LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS - OAB CE18185-A

ASSUNTO: Recurso interposto em face de sentença que julgou improcedentes as ações de impugnação de registro de candidatura e deferiu pedido de registro de candidatura da recorrida ao cargo de Prefeita nas eleições de 2024.

**DECISÃO EM 26.11.2024:** Inicialmente, o Relator votou pelo conhecimento e provimento dos recursos eleitorais interpostos pela Coligação "A União Cresce com o Povo" e pelo Ministério Público Eleitoral, para indeferir o registro de candidatura de Elíria Maria Freitas de Queiroz ao cargo de Prefeita do município de Ibaretama/CE, reconhecer a inelegibilidade da candidata até 08/02/2032, em relação à Tomada de Contas Especial TC nº 018.524/2019-2 (PNAE), e até 01/09/2030, no tocante à Tomada de Contas Especial TC nº 005.437/2019-9 (PNATE), e determinar a suspensão da diplomação da candidata eleita. Logo após, o desembargador eleitoral Raimundo Nonato Silva Santos, Presidente, invocando o art. 28, § 4º, do CE, combinado com o art. 60, § 2º, do RITRE/CE, informa que, em virtude das inúmeras consequências da decisão desta Corte relativamente ao processo em tela, inclusive para o pleito deste ano, o feito requer quórum completo, motivo pelo qual determina a suspensão do presente julgamento, aguardando-se a presença do desembargador eleitoral Francisco Gladysson Pontes, Vice-Presidente, que se encontra ausente, justificadamente, para participar do julgamento na próxima sessão presencial, tendo em vista a suspeição do desembargador eleitoral substituto Emanuel Leite Albuquerque.

**DECISÃO EM 05.12.2024:** Após a sustentação oral dos advogados José Bonfim de Almeida Júnior e Lívia Chaves Leite, o Relator, ratifica seu voto proferido em sessão de 26.11.2024 e vota pelo conhecimento e provimento aos recursos eleitorais interpostos pela Coligação "A União Cresce com o Povo" e pelo Ministério Público Eleitoral, para indeferir o registro de candidatura de Elíria Maria Freitas de Queiroz ao cargo de Prefeita do município de Ibaretama/CE, reconhecer a inelegibilidade da candidata até 08/02/2032, em relação à Tomada de Contas Especial TC nº 018.524/2019-2 (PNAE), e até 01/09/2030, no tocante à Tomada de Contas Especial TC nº 005.437/2019-9 (PNATE), e determinar a suspensão da diplomação da candidata eleita. A seguir, o desembargador eleitoral Luciano Nunes Maia Freire diverge do Relator e vota pelo conhecimento e desprovimento do recurso, mantendo o registro de candidatura da recorrida, mas por fundamentação diversa da sentença de primeiro grau. Em continuidade, o desembargador eleitoral Wilker Macêdo Lima igualmente diverge do Relator, votando

pelo conhecimento e desprovemento do recurso, mas por fundamentação diversa do desembargador eleitoral Luciano Nunes Maia Freire, mantendo inalterada a decisão de primeiro grau, que deferiu o registro da recorrente. Logo após, pede vista dos autos o desembargador eleitoral Francisco Gladysson Pontes.

**DECISÃO EM 10.12.2024:** Após o voto-vista do desembargador eleitoral Francisco Gladysson Pontes e do voto do desembargador eleitoral Glêdison Marques Fernandes, que acompanharam na integralidade o entendimento do Relator, pediu vista dos autos o desembargador eleitoral Francisco Érico Carvalho Silveira. Na ocasião, o desembargador eleitoral Raimundo Nonato Silva Santos, Presidente, informa que o pedido de vista ora formulado é coletivo, a teor do disposto no art. 71, § 13, do RITRE/CE, contando-se o prazo de 10 dias de forma conjunta.